

Romero Jucá disse que a CFC vai intensificar controle sobre os serviços públicos e discutir o papel das agências reguladoras



Senado pode chamar ministro para explicar as causas do blecaute

Autoridades da área de energia serão ouvidas pela Comissão de Fiscalização e Controle, anuncia o senador Romero Jucá

Eleito na semana passada para presidir a Comissão de Fiscalização e Controle, o senador Romero Jucá disse ontem que ainda nesta semana deverão ser aprovados os convites para que o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, e o presidente da Operadora Nacional de Sistema (ONS), Mário Santos, venham ao Senado apresentar explicações sobre o blecaute que afetou nove estados e o DF na última quinta-feira. José Fogaça e Eduardo Siqueira Campos também debateram o assunto ontem em plenário.

PÁGINA 5

CCJ

Reunião de amanhã avalia indicado ao STJ

Senadores analisam amanhã, às 10h, indicação do procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Hamilton Carvalhido, para o Superior Tribunal de Justiça.

PÁGINA 3

CAE

Comissão analisa hoje empréstimo externo

Será apreciada hoje, a partir das 10h, operação de crédito de US\$ 250 milhões com o BID que destina recursos para financiamento do programa Habitar-Brasil.

PÁGINA 4

CRE

Tratado de extradição com Coreia na pauta

Comissão de Relações Exteriores examina, às 17h30, convenções, acordos e convênios firmados pelo Brasil e a indicação de embaixador em Genebra.

PÁGINA 2



Com os juizados, pequenas causas que envolvam a União poderão ser julgadas sem a necessidade de advogados

Plenário volta a debater a criação de juizados federais

Começa hoje a discussão pelo plenário, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional instituindo os juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. A votação está prevista para a próxima quinta-feira e, caso seja aprovada, a proposição seguirá para análise da Câmara dos De-

putados. Os juizados especiais existem hoje apenas nos estados. Na área federal, essas cortes poderão julgar, de modo mais rápido, processos envolvendo prestações da casa própria, benefícios da Previdência e indenizações reivindicadas à União ou aos seus órgãos.

PÁGINA 2

Senadores cobram conteúdo ético na programação de rádio e TV

PÁGINA 3

Plenário retoma discussão sobre juizados especiais

Emenda constitucional que facilita o julgamento de pequenas causas envolvendo o governo federal deverá ser votada na quinta-feira

O plenário do Senado recomeça a discutir hoje, para votação em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que institui os juizados especiais na Justiça Federal, conhecidos como juizados de pequenas causas. A votação está marcada para quinta-feira e, se o projeto for aprovado, a mudança será promulgada em seguida pelas mesas do Senado e da Câmara, entrando em vigor assim que for publicada na *Diário Oficial*.

Os juizados de pequenas causas foram instituídos pela Constituição de 1988, mas apenas no âmbito das Justiças estaduais. Agora, com sua extensão à Justiça Federal, toda pequena causa que envolva o governo federal ou seus órgãos e empresas poderá ser julgada em uma ou duas sessões, sem a necessidade de advogados, com os interessados fazendo a defesa oral.

Os juizados especiais da Justiça Federal julgarão, entre outros assuntos,

processos que envolvem benefícios pagos pelo INSS e indenizações que são reivindicadas da União ou de seus órgãos. Para que esses juizados sejam implantados, no entanto, ainda há necessidade de votação de um projeto de lei com a regulamentação de seu funcionamento.

Ainda na sessão de hoje, o plenário do Senado votará pedidos de renovação de funcionamento, por mais dez anos, de duas emissoras de rádio de Santa Catarina e do Ceará.

CRE vai examinar tratados e nomeação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se hoje, a partir das 17h30, para examinar textos de tratado de extradição, de convenções, acordos e convênio, além de apreciar o nome de Celso Luiz Nunes Amorim para o cargo de embaixador-chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra.

Entre as matérias incluídas na pauta, a CRE votará o parecer favorável da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), ao texto do tratado de extradição entre o Brasil e a Coreia, assinado em Brasília, no dia 1º de setem-

bro de 1995. A comissão também se pronunciará sobre o parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), contrário à aprovação do texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes.

Outro texto de convenção incluído na pauta da CRE trata da prevenção e punição de crimes contra pessoas que gozam de proteção internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, que tem parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN).

Também está na pauta de hoje a análise do texto de um convênio interamericano sobre permissão internacional de radioamador, aprovado em Washington, em 8 de julho de 1995. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Entre os vários textos de acordos incluídos na pauta da CRE, um propõe a criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em Brasília, no dia 10 de novembro de 1997. O relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), apresentou parecer favorável.

Carlos Patrocínio defende programa de desburocratização

O Brasil precisa, de novo e urgentemente, de um programa de combate aos excessos de burocracia, defendeu ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Numa época de abertura econômica e globalização dos mercados, o Brasil não pode desprezar os custos indiretos que incidem sobre a produção, dado que eles reduzem a competitividade dos produtos nacionais frente aos estrangeiros, disse.

O senador destacou vários exemplos de excesso burocrático que, a seu ver, compõem o chamado Custo Brasil. Pesquisa realizada pela Trevisan Consultores verificou que muitas empresas chegam a ocupar 13% dos funcionários exclusivamente para cuidar de procedimentos

burocráticos, afirmou. Joseph Couri, presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo, "contabilizou um dispêndio de 40% do total de horas trabalhadas nas empresas para tratar de questões burocráticas", acrescentou.

Para Couri, continuou Patrocínio, o excesso de burocracia foi patenteado, por exemplo, na revista *IOB-Informações Objetivas*, que em 1996 publicou 3.800 páginas apenas com modificações na legislação tributária brasileira. O empresário Abram Szajman, por sua vez, salientou que o *Diário Oficial* de 19 de dezembro de 1997, com 2.120 páginas, pesou exatos cinco quilos e 270 gramas, feito pelo qual



Patrocínio afirmou que não podem ser desprezados os prejuízos à produção

obteve registro no *Guinness*, o livro dos recordes mundiais, como o maior jornal tablóide de todos os tempos.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) concordou que a burocracia impõe sérios prejuízos aos produtores nacionais e relatou que, como cidadão, desistiu de solicitar outra via para sua carteira de identidade original.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); *PDL nº 26/98, que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis-SC; e *PDL nº 29/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sertão Central Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Senador Pompeu-CE.

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento, parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência - Parsep; *Mensagem nº 67/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 24 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado ao financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - Fase II - 1ª Etapa; *PLC nº 1/96, que institui para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares; e *Mensagem nº 68/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil). *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 71/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do senhor Celso Luiz Nunes Amorim, para exercer o cargo de embaixador, chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra; *PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes; *PDL nº 5/98, que aprova o texto do Trabalho de Extradição celebrado entre o governo do Brasil e o da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro/95; *PDL nº 145/98, que aprova o texto do Acordo para Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre o governo do Brasil e da Argentina; *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre o governo do Brasil e da Tailândia; e *PDL nº 6/99, que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 7*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (17.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); *PDL nº 31/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém-PA; *PDL nº 34/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens na cidade de São Paulo-SP; *Parecer nº 96-A/99, sobre a Mensagem nº 59/99 (nº 124/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Amauri Serralvo, para exercer o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; *Parecer nº 97/99, sobre a Mensagem nº 60/99, pela qual o presidente da República submete a escolha de João Bosco Leopoldino da Fonseca, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; e *Parecer nº 98/99, sobre a Mensagem nº 64/99 (nº 150/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Walton Alencar Rodrigues para exercer o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Quinta-feira (18.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 1/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais federais); e primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à *PEC nº 19/97, que altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198, da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Sexta-feira (19.3.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quarta-feira (17.3.99)

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *Mensagem nº 65/99, que submete à aprovação do Senado Federal, a escolha de Hamilton Carvalhido para compor o Superior Tribunal de Justiça,

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Programação de TV preocupa Alcântara

Senador propõe que a Comissão de Educação convide o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, para debater mecanismos que garantam melhor qualidade das emissoras

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou ontem sua preocupação com os programas de rádio e TV no país, propondo que a Comissão de Educação convide o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, para debater o assunto. "Ele tem feito grande esforço para extrair das emissoras de televisão o compromisso ético de manter um bom nível na programação", enfatizou, esclarecendo que as emissoras têm até o dia 31 deste mês para apresentar suas propostas.

Para Alcântara, não se trata de resuscitar qualquer tipo de censura, o que é até proibido pela Constituição. "Mas a sociedade precisa encontrar mecanismos para influir na qualidade da programação. Há inúmeras pesquisas mostrando que programas violentos trazem aumento nos níveis de violência na sociedade, especialmente entre os jovens. Também não pode-



Lúcio Alcântara critica programas de conteúdo violento ou que ridicularizam e diminuem as pessoas

mos aceitar programas que ridicularizem e diminuam as pessoas", afirmou, lembrando que os canais de TV são concessão pública.

O pronunciamento de Lúcio Alcântara suscitou um debate intenso em plenário. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a criação de uma

subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Educação, para acompanhar a programação de TV. "Há muito tempo que o Senado levanta a questão, mas até hoje nada fizemos de concreto. A tentativa de Gregori de submeter as emissoras à auto-regulamentação é boa, mas não é suficiente. Precisamos criar um mecanismo mais eficiente para acompanhar e analisar a programação, sem perseguir ninguém", disse Simon.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), é hora de se criar um órgão regulador para manter vigilância constante sobre rádio e TV. "Além de fiscalizar os programas, o órgão também trataria da outorga de concessões e da qualidade dos serviços, a exemplo do que faz o Federal Communications Commission (FCC) nos Estados Unidos. Seus integrantes teriam mandato fixo para poder coordenar sem censurar e fiscalizar sem reprimir, exigindo qualidade com autoridade."

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou que a Constituição criou o Conselho Nacional de Comunicação Social, que já foi regulamentado, mas nunca instalado. "Acredito que estamos falando de um terreno minado, onde os interesses políticos, econômicos e mercadológicos são muito poderosos. Mas, sendo um serviço público, as emissoras de rádio e TV precisam obedecer os valores consagrados na Constituição", ressaltou.



José Agripino preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CCJ analisa indicação de ministro para o STJ

Em reunião a ser realizada amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisará a indicação, pelo presidente da República, do procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Hamilton Carvalhido, para ocupar cadeira no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esta será a primeira matéria apreciada pela CCJ nesta legislatura.

Depois de ouvir o parecer do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), os membros da comissão passarão à sabatina do indicado, antes de aprovar ou não seu nome, por meio de votação secreta. Após passar pela CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a indicação de Carvalhido seguirá para apreciação do plenário.

Caso seja aprovado pelo Senado, o procurador irá ocupar no STJ vaga destinada a membro do Ministério Público, aberta com a aposentadoria do ministro José Fernandes Dantas. De acordo com a Constituição, além de notável saber jurídico e reputação ilibada, o indicado deve ter mais de 35 anos e menos de 65 e pelo menos dez anos de carreira.

Do currículo de Hamilton Carvalhido constam, segundo a mensagem enviada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, os méritos que levaram a sua escolha para o desempenho desse cargo. O indicado está no Ministério Público fluminense desde 1966 e é procurador-geral desde 1995. Carvalhido é ainda presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil.

O STJ é o segundo tribunal na hierarquia do Poder Judiciário brasileiro. Cabe a ele, entre outras competências, julgar os governadores dos estados por crimes comuns, além de resolver os casos de conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciais da União. O mandato de ministro do STJ é vitalício.



Amir Lando: "Emissoras devem obedecer os valores consagrados na Constituição"



Pedro Simon: "Precisamos de um mecanismo para analisar a programação, sem perseguir ninguém"



José Fogaça: "É hora de criar um órgão regulador para manter vigilância sobre rádio e TV"

Dutra critica condução da reforma política por interesses do governo

A reforma política não pode ser utilizada pelo Poder Executivo para resolver problemas pontuais do governo, disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao comentar noticiário a respeito de acordo fechado sobre o assunto entre os líderes dos partidos governistas. A condução desse processo, na opinião do senador, atenta contra o aprimoramento e consolidação das instituições políticas democráticas. Ele quer incluir na agenda de discussões questões como reeleição, com a sua extinção para governadores e prefeitos, e a exigência de desincompatibilização para presidente da República.

Quanto à necessidade de que seja revista especialmente a reeleição para as prefeituras, o senador relatou comportamento do prefeito de Porto da Folha (SE), que já chegou a processar vereador do PT, único opositor numa câmara formada por 13 parlamentares, por denúncias relacionadas com a ad-

ministração do município. "Nunca soube de um caso em que o presidente da República tenha processado um deputado federal ou senador por críticas feitas nas tribunas do Congresso", comparou, justificando sua preocupação com a possibilidade de prefeitos como o de Porto da Folha se recandidatarem.

Ainda referindo-se à reforma, Dutra salientou que o único consenso na comissão especial do Senado que discutiu o assunto foi o da necessidade de garantir o financiamento público das campanhas, dada a crescente "deslegitimação" das eleições imposta pelo abuso do poder econômico. Quanto à adoção do voto distrital misto e da fidelidade partidária, por exemplo, "havia e há divergências", afirmou.

— Agora, no entanto, os líderes da maioria teriam se reunido, provocados pelo presidente da República, e decidido pela urgência da reforma política. O abuso do poder econômico, por sua vez, foi jogado para debaixo do tapete, e só as matérias de



José Eduardo Dutra considera indispensável tratar do financiamento público das campanhas

interesse conjuntural do Executivo seriam tocadas — criticou.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) também se disse surpreso com a reunião de lideranças governistas e afirmou sua discordância em relação a decisões de cúpula. Ele considerou normal o interesse do Executivo pelo andamento da reforma política, mas frisou que esta é matéria do Congresso. "Quero ter o direito de dizer o que penso", salientou.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), por sua vez, avaliou que não há espaço político para a introdução de normas rígidas de fidelidade partidária, entendida como fidelidade programática. A tendência, segundo ele, é a de os partidos adotarem maior flexibilidade.

Para Amir Lando (PMDB-RO), a con-

solidação da democracia passa pelo financiamento público das campanhas, como a CPI do Orçamento, da qual foi o relator, já demonstrou. "A maior parte da corrupção com dinheiro público é motivada por gastos de campanha, conforme concluiu a CPI. O adiamento dessa discussão é um golpe", afirmou.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) quis saber como o Bloco Oposição se posiciona quanto ao financiamento público das campanhas. Dutra respondeu que "claramente a favor", tanto que, por ocasião da votação da lei eleitoral para 1998, apoiou emenda do senador Jefferson Pêres (PDT-AM) instituindo essa forma de financiamento, em detrimento da combinação híbrida — público e privado — aprovada na Câmara.



Fernando Bezerra presidirá a reunião da CAE que vai apreciar as mensagens do Executivo

CAE examinará pedido de empréstimo de US\$ 250 milhões

Com base em parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará hoje mensagem do Executivo solicitando autorização ao Senado para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil).

O objetivo do programa, de acordo com informações do Ministério do Planejamento e Orçamento, é contribuir para o esforço realizado pelo governo federal no sentido de elevar a qualidade de vida de famílias menos favorecidas que vivem em bairros pobres localizados em regiões metropolitanas. Também se pretende estimular os governos municipais a destinar mais recursos para resolver os problemas desses bairros, tanto em seus efeitos como nas principais causas que os originam, e melhorar a visão setorial dos problemas de habitação e infra-estrutura urbana do país.

A pauta da reunião da CAE, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), inclui mais duas mensagens presidenciais solicitando autorização para a União contrair empréstimos internacionais: um no valor de US\$ 5 milhões para o financiamento, parcial, do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep), e outro de US\$ 24 milhões destinado ao Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – Fase II – 1ª etapa. Os recursos para o primeiro programa virão do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e os do segundo programa, do BID. Os dois pedidos têm parecer favorável dos senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), respectivamente.

A CAE examinará também parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável a projeto de lei da Câmara que institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares.

Lauro Campos diz que controle da inflação agravou dívida pública

A volta das remarcações de preços, prevê o senador, levará os eleitores que festejaram o êxito do real a “acordar da hipnose” e a perceber que foram enganados pelo governo

“A inflação brasileira foi estabilizada não só por meio do aumento da dívida pública, mas também pela elevação da dívida externa”, resumiu o senador Lauro Campos (PT-DF), na tarde de ontem, ao fazer pronunciamento sobre a inflação no Brasil. Segundo o senador, ao fixar uma taxa de câmbio adequada para baixar os preços de mercadorias importadas e aumentar a oferta interna, o governo levou industriais e comerciantes à falência e trabalhadores ao desemprego.

Na avaliação de Lauro Campos, uma parte da inflação brasileira foi escondida no aumento da dívida externa do país. Ele comentou que a redução drástica de uma inflação de 47% ao mês, vigente na época em que Fernando Henrique Cardoso era ministro, também foi conseguida graças ao achatamento dos preços internos através de subsídios às mercadorias importadas.

– O povo brasileiro, que festejou



Lauro Campos acusou o governo de ter subsidiado as importações para manter os preços baixos

mais de quatro anos de índice de preços congelado, não percebeu que sua dívida pública se elevou, durante a festa, para mais de R\$ 400 bilhões, a serem pagos pelos felizes e alienados comedores de peixe e asas de fran-

go e iogurte – afirmou Lauro Campos.

Para o senador pelo Distrito Federal, quando as reservas em dólar se diluíram sem que novos empréstimos externos fossem obtidos pelo governo, o déficit comercial e a manutenção da oferta de importados a preços subsidiados não puderam ser sustentados. Ele ressaltou que a desvalorização cambial apenas confirmou o “estrangulamento externo” que mostra o final do combate à inflação por meio do aumento da dívida externa, das importações subsidiadas e do aumento da oferta de mercadorias oferecidas aos consumidores.

A volta da inflação, prevê Lauro Campos, fará com que os eleitores que festejaram o êxito do real “acordem da hipnose” e percebam que foram enganados, pois a inflação brasileira não foi vencida, mas apenas mudou de forma, sustentada pelos aumentos das dívidas externa, pública e social.

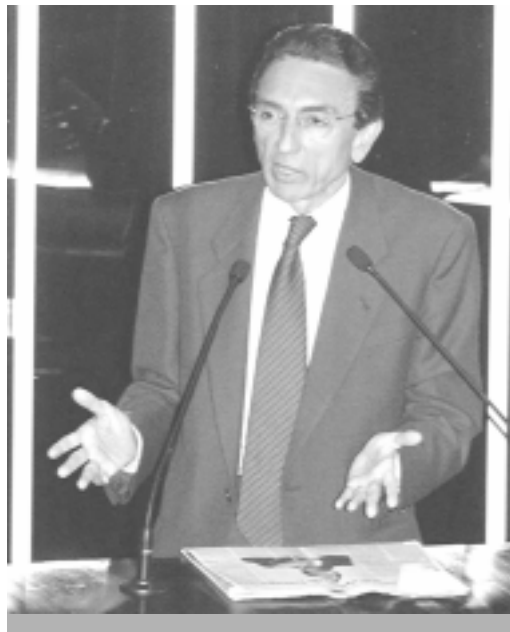
Edison Lobão aposta na plena recuperação econômica do país

Apesar das grandes dificuldades econômicas, começam a surgir “luzes que iluminam uma grande avenida para este país”. A declaração foi feita ontem pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) ao comentar notícias que considera otimistas para o Brasil e discordar de afirmação do senador Lauro Campos (PT-DF) de que o governo Fernando Henrique Cardoso governa para os banqueiros. Lobão considerou o comentário “um exagero” e disse que, caso isso ocorresse, seria “um absurdo inominável”.

Segundo Lobão, o jornal *Correio Braziliense* traz notícias sobre a reunião de banqueiros em Paris, patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com declarações dando conta de que os centros financeiros internacionais, “seduzidos pelo talento e competência do novo presidente do Banco Central, não param de elogiar o economista que deposita em suas mãos a responsabilidade de salvar o Brasil da crise”.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse não estar admirado com o fato de Armínio Fraga ser tão elogiado pela comunidade financeira internacional. “Eu ficaria surpreso se ele fosse elogiado por aqueles que estão perdendo o emprego em função da política econômica do governo; pelos micro, pequenos e médios empresários que estão quebrando em função da alta de juros, aí vou me surpreender”, observou o senador.

– Parece que V. Ex.^a não gosta que as autoridades do Brasil sejam bem



Edison Lobão elogiou a atuação do economista Armínio Fraga à frente do Banco Central

recepcionadas, acreditadas e elogiadas internacionalmente. V. Ex.^a ficaria mais feliz, pelo que percebo, se o presidente do Banco Central, que é um brasileiro, que está cuidando dos interesses nacionais, fosse criticado, condenado, declarado incapaz para coordenar a missão que lhe foi deferida pelo governo da República e pelo Senado Federal, que aprovou por larga maioria o nome do senhor Armínio Fraga – respondeu Lobão. José Eduardo Dutra ainda afirmou acreditar que Armínio Fraga era tão elogiado “exatamente porque não cuida tanto dos interesses nacionais”.

Lobão disse ainda que o ministro Pedro Malan e Armínio Fraga estão

conseguindo que os banqueiros internacionais emprestem dinheiro para que o Brasil saia da crise, como o presidente do Banco de Boston, que confia na gestão brasileira. “O Brasil passa, neste momento, por uma injeção de otimismo, graças exatamente à nomeação do senhor Armínio Fraga para a presidência do Banco Central”, acredita o senador.

Para Lobão, o Brasil não estava mergulhado no caos, mas sim passando por dificuldades econômicas sérias, admitidas até pelo presidente da República, mas está caminhando para a solução dos problemas, como o fizeram o México e o fazem outros países.

Suplicy faz alerta na TV sobre aumento do desemprego

O desemprego no país cresceu de 6,32% em dezembro do ano passado para 7,73% em janeiro de 1999. Em São Paulo, ainda no mês de janeiro, foi registrado um desemprego recorde de 9,18%. Essas informações fazem parte dos temas discutidos com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30. Suplicy acrescenta que, com a volta da inflação, o poder aquisitivo da população brasileira deverá sofrer nova redução. O senador também questiona se as causas do desemprego foram provocadas pela introdução de novas tecnologias, ou isso se deve a problemas anteriores, que nunca foram combatidos realmente pelo governo no país.

Suplicy acredita que um conjunto de causas está provocando essa crise de desemprego no país. Para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso não definiu uma política industrial de desenvolvimento. “O governo precisa ter programas de capacitação que priorizem o combate ao desemprego.” O senador criticou declarações de que as causas do crescimento do desemprego estariam relacionadas à globalização. Ele citou o exemplo dos Estados Unidos, onde as taxas de desemprego são as mais baixas dos últimos 28 anos.

As propostas do parlamentar para a recuperação do nível de emprego no país vão desde a instituição do programa de renda mínima, que combata a exploração do trabalho infantil, à aceleração da reforma agrária, criando mais oportunidades de trabalho no campo, e o estímulo às micro e pequenas empresas.



Eduardo Suplicy defendeu a reforma agrária e a adoção do programa de renda mínima

Comissão quer debater política energética do país

Romero Jucá anuncia convite a Rodolpho Tourinho e outras autoridades do governo para discutir fiscalização e controle das atividades no setor. Ele pretende, também, examinar a situação das agências reguladoras, como a Anatel

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), anunciou ontem que o órgão pode aprovar ainda esta semana convite ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, ao presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, e ao presidente da Operadora Nacional de Sistemas, Mário Santos, para que eles compareçam à comissão, a fim de discutir não só a questão energética, sua fiscalização e necessidade do seu controle, mas também o papel das agências reguladoras.

O senador anunciou que a comissão pretende também discutir uma pauta para a convocação de membros da direção da Anatel e de outras agências reguladoras. Sua preocupação é o controle e o acompanhamento que o Senado deve fazer por meio dessa comissão. "Fica, portanto, o registro da importância que dá a Comissão de Fiscalização e Controle ao debate em busca de uma solução que será discutida na comissão e, posteriormente, aqui no plenário por todos os seus membros", afirmou.



Jucá afirma que a Comissão de Fiscalização e Controle exercerá, efetivamente, seu papel

PROJETO DE LEI

Romero Jucá também anunciou a apresentação de projeto de lei destinado a proibir a distribuição gratuita de bebida alcoólica a bordo de aeronaves comerciais brasileiras, em voo no território nacional. Seu projeto permite, contudo, a venda de bebidas, podendo, em casos especiais, ser esta suspensa a critério do coman-

dante da aeronave.

Conforme o senador, a maioria dos problemas a bordo de aeronaves é causada por passageiros alcoolizados. Ele citou dados do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, segundo os quais "um copo de uísque a 30 mil pés de altura equivale a três porque a pressão potencializa o efeito do álcool no organismo". Só esses dados, na avaliação do parlamentar, recomendam a suspensão do consumo de bebida a bordo, em decorrência da necessidade de segurança do voo.

Culpa não deve ser atribuída à privatização, afirma José Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) esclareceu ontem que o blecaute ocorrido na quinta-feira da semana passada não tem nenhuma relação com o processo de privatização de estatais. Referindo-se a comentários que tentam associar uma coisa a outra, o parlamentar comentou que parece não haver o entendimento claro de que o sistema se ordena em três partes: geração de energia, transmissão de energia e distribuição local de energia.

Fogaça explicou que geração e distribuição foram dois setores em que houve privatização. "Mas não vi nenhum registro de que o sistema de transmissão tenha sido privatizado. A parte do sistema que ainda é estatal é a parte de transmissão, e é justamente a que foi objeto da crise", esclareceu o parlamentar.

Salvo frações mínimas que estão privatizadas, o senador explicou que a chamada rede básica ainda



Fogaça: falta de investimento e sobrecarga do sistema podem gerar problemas como o de quinta-feira

está em poder de estatais. Ele ressaltou, porém, que não cometeria o erro de "dizer que é justamente por serem empresas estatais que houve o blecaute". O senador pediu que não se misturem alhos

com bugalhos por falta de base informativa e manifestou seu entendimento de que o ideal é que o sistema de transmissão de energia tenha um controle único.

Conforme José Fogaça, a Operadora Nacional de Sistemas (ONS) é a entidade coordenadora e não tem fins lucrativos. É independente e de interesse privado. Em sua opinião, está evidente que esse grande tronco de transmissão interligado gera dependência de uma área do país em relação a outra, o que constitui uma salvação para todos, visto que quando uma região necessita mais de energia, esta é trazida de longe.

— Mas também, eventualmente, pela falta de investimento, o sistema fica sobrecarregado e pode gerar situações como a de quinta-feira passada — esclareceu. Fogaça afirmou que a Eletrobrás precisava ter investido R\$ 5 bilhões no sistema e não investiu mais que R\$ 2 bilhões.

Eduardo Siqueira Campos destaca hidrelétricas em construção no Tocantins

Preocupado com o blecaute ocorrido no último dia 12, que deixou 70 milhões de pessoas sem energia elétrica, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) lembrou ontem que, das dez grandes hidrelétricas a serem construídas no Brasil, cinco serão implantadas no rio Tocantins. Eduardo Siqueira Campos manifestou a fé que tem na contribuição que Tocantins pode dar para o equilíbrio do setor de energia elétrica e destacou a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que foi privatizada ainda antes do início das obras.

Para o senador, a construção da usina é uma experiência nova no meio do debate em torno da privatização de usinas hidrelétricas que custaram muito mais que o planejado e com atrasos na construção que variaram de cinco a dez anos, trazendo grandes prejuízos ao país. "Tudo isso com desperdício de dinheiro público", acentuou.

A privatização da Usina Luís

Eduardo Magalhães, afirmou o senador, detectou de imediato uma grande redução nos preços dos estudos de impacto ambiental e de viabilidade econômica devido ao consórcio formado por empresas privadas nacionais e estrangeiras que vão investir, em menos de quatro anos, US\$ 1,3 bilhão na obra. A usina, explicou o senador, vai gerar um lago de 180 quilômetros por 8 quilômetros que vai beneficiar também o Distrito Federal.

— A importância da Usina Luís Eduardo Magalhães é tamanha que o próprio governo do Distrito Federal, ainda na gestão do eminente professor Cristovam Buarque, antevendo a necessidade que Brasília tem, fez com que a CEB se tornasse uma das acionistas deste projeto, permitindo ao Distrito Federal a obtenção de energia elétrica, a garantia de uma tarifa diferenciada e a participação neste empreendimento que já é um êxito por estar gerando 2 mil empregos — afirmou Eduardo Siqueira Campos.



Eduardo Siqueira Campos relatou experiência nova no Tocantins

Jonas sugere investimento na área nuclear



Jonas Pinheiro vê amadurecimento da indústria nucleoeletrônica brasileira

O aumento de investimentos na exploração da energia nuclear foi defendido pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele anunciou que os trabalhos para a conclusão da usina Angra-2 encontram-se na reta final e que até dezembro deste ano a unidade deve começar a operar comercialmente.

A inauguração de Angra-2 representa, na opinião do senador, um "amadurecimento" da indústria nucleoeletrônica brasileira, tendo como continuidade "natural" a implantação de uma terceira

usina no complexo nuclear de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro. "A nova etapa permitirá a consolidação e a auto-sustentabilidade da indústria do ciclo do combustível nuclear", afirmou o senador.

O senador elogiou a decisão do governo federal de garantir os recursos necessários à conclusão de Angra-2 e disse que, com o respaldo político, as empresas e os técnicos responsáveis pela obra tiveram tranquilidade para dar prosseguimento ao trabalho.

Mozarildo denuncia corte no orçamento da Suframa

Por causa da medida, afirma parlamentar, deixarão de ser aplicados neste ano R\$ 40 milhões na Zona Franca de Manaus. Senadores da região Norte se juntam ao protesto, pedindo maior atenção para a Amazônia

A equipe econômica do governo federal determinou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) corte cerca de R\$ 40 milhões de seu orçamento deste ano, lamentou em discurso o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

– Denuncio esse golpe no combatido orçamento da Suframa. E, se não bastasse, a equipe econômica ainda exigiu que a Suframa comprasse cerca de R\$ 8 milhões em títulos federais, dinheiro de receita própria. Apelo ao ministro da Fazenda e ao presidente da República para que revejam esse corte e a compra de títulos, pois o desenvolvimento da Ama-

zônia depende da Suframa – afirmou Mozarildo em pronunciamento feito ontem no plenário.

Depois de lembrar que a Amazônia ocupa mais de 60% do território nacional, Mozarildo Cavalcanti pediu ao governo “uma política séria” para a região.

Segundo ele, ao fazer cortes e retirar dinheiro da Suframa, “o governo está fazendo o oposto” do que determina a Constituição, que prevê redução dos desequilíbrios entre as regiões do país.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) concordou que se trata de “atitude autoritária” da equipe eco-



Mozarildo também acusa o governo de obrigar a Suframa a comprar R\$ 8 milhões em títulos

nômica e lamentou a existência de “artifícios” seguidos pelo governo para impedir que a Amazônia receba

todos os recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

O senador Jefferson Péres (PDT-

AM) observou que, devido ao descalço do governo para com as regiões Norte e Nordeste, apresentou projeto destinado a aumentar os financiamentos do BNDES para essas áreas.

Jefferson sugeriu que o governo transforme a Suframa numa agência de desenvolvimento, a qual poderia se sustentar com um fundo rotativo de aplicações.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) considerou os cortes como “mais uma penalidade do governo à população da Amazônia”. Moreira Mendes (PFL-RO) pediu que a região “deixe de ser o quintal do país”.

Quintanilha pede a ministro recuperação da Belém-Brasília



Leomar Quintanilha

Ao registrar o estado crítico de quase toda a malha rodoviária federal, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) fez ontem um apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que ele libere recursos para melhorar as condições de tráfego da BR-153, conhecida como rodovia Belém-Brasília. O senador destacou que esta é uma das estradas mais importantes da região Norte do país.

– A rodovia Belém-Brasília apresenta uma situação caótica em diversos pontos, dificultando o tráfego de milhares de veículos que por ali transitam. A estrada interliga as regiões Sul e Centro-Oeste do país, e é de fundamental importância para os estados do Maranhão, sul do Pará, parte do Mato Grosso e Tocantins – explicou Quintanilha.

Mesmo reconhecendo as dificuldades que o governo está enfrentando para dar condições de tráfego aos mais de 55 mil quilômetros de estradas pavimentadas federais do país, Quintanilha falou da importância da BR-153, que serve como acesso para que os moradores de várias cidades recebam os alimentos e os remédios necessários para sua sobrevivência e escoem sua produção.

Quintanilha citou o trecho entre os municípios de Talismã e Alvorada, ambos no Tocantins, como o de pior estado de conservação. Ele testemunhou que lá, o excesso de peso dos caminhões acabou com o asfalto. O senador acrescentou que as péssimas condições da estrada estão sendo a causa até de acidentes fatais, além de constantes quebras de veículos.

Nabor elogia preocupação da diplomacia brasileira com rodovia transcontinental

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) chamou de lúcida e patriótica a posição que a diplomacia brasileira vem adotando sobre a abertura de uma rodovia transcontinental para unir os oceanos Atlântico e Pacífico, passando pelo Brasil e o Peru. Lembrando que essa estrada é uma de suas mais constantes preocupações, o parlamentar apontou ontem, em discurso no plenário, as exigências desenvolvimentistas e estratégicas do país como razão para construí-la.

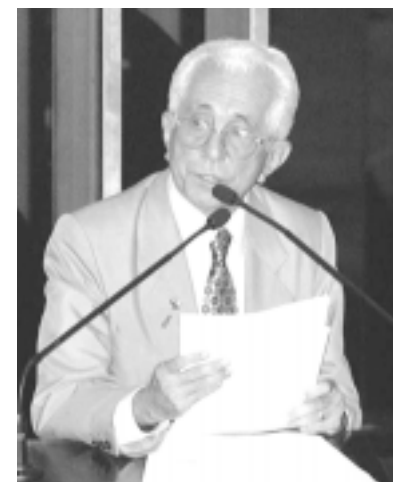
– Não podemos continuar dependendo de rotas e entrepostos sujeitos ao controle de grandes potências e que se mostram desvantajosos para o Brasil porque aumentam as distâncias e encarecem os custos do transporte – argumentou o parlamentar.

Nabor Júnior referiu-se a estudo técnico recebido do embaixador brasileiro em Lima, José Viegas Filho, no qual o diplomata atesta estar empenhado em que esse projeto receba tratamento prioritário. O senador pediu a transcrição desse estudo nos Anais do Senado e afirmou que a atualidade do tema redobra de importância porque, dentro de 60 dias, o presidente Fernando Henrique Cardoso estará visitando a República do Peru, em missão oficial para tratar, entre outras questões, do papel dos povos da América do Sul nesta virada do século.

O senador reconheceu que muitos temas estarão sendo tratados nessa visita, mas afirmou ser impossível que assuntos já encaminhados fiquem esquecidos, em plano secundário. “E, no que

tange às relações Brasil-Peru, nenhum ponto é mais importante que essa rodovia”, sustentou, lembrando que o traçado já está definido, embora as condições de tráfego ainda sejam precárias.

Nabor Júnior considera a impraticabilidade desse tráfego um desafio a ser enfrentado com lucidez e dedicação, nos termos do Acordo de Interconexão Viária de 1981, que elegeu as cidades vizinhas de Assis Brasil e Iiapari como, respectivamente, os pontos de conexão brasileiro e peruano dessa rodovia. Em apartes, os senadores Tião Viana (PT-AC), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiaram as preocupações de Nabor Júnior com essa estrada transcontinental.



Nabor Júnior considerou lúcida e patriótica posição adotada pelo Itamaraty

Tião Viana defende candidatura do padre Paulino Baldassari ao Prêmio Nobel da Paz



Tião Viana elogiou Baldassari por sua dedicação à população do Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) enalteceu ontem o trabalho missionário do padre Paulino Baldassari que, há 40 anos, se dedica à assistência moral e religiosa às populações da Amazônia, em especial do Acre. “Recebi carta do padre Paulino, relatando a política equivocada do Incra ‘que destrói nossas madeiras nobres, seringueiras e castanheiras’. Ele também alerta para a necessidade de uma reforma agrária de verdade, não a preconizada pelo Incra.”

Segundo Tião Viana, o missionário pede que os senadores do Acre sejam o alto-falante das críticas a uma política governamental de desenvolvimento da região que não leva em conta a vocação de cada zona. “Há espaço para todos, das atividades extrativistas até a exploração da agricultura e pecuária. Isso é uma política inteligente

de zoneamento que resulta em desenvolvimento correto e justo”, afirmou o senador, defendendo a candidatura de Baldassari ao Prêmio Nobel da Paz.

Em apartes, os senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Bernardo Cabral (PFL-AM) reforçaram os elogios ao trabalho do missionário. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou a audiência que o padre Paulino teve com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que se mostrou impressionado com suas atividades no Acre.

Para Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), é preciso definir uma proposta de desenvolvimento da Amazônia que respeite os vários ecossistemas. “Em Roraima, por exemplo, dois terços das terras são de campos naturais, os lavrados, enquanto o norte é região montanhosa. A extensão de floresta tropical é pequena”, observou.

Tebet analisa com ministro impacto social de usina

Senador teme fim da atividade industrial oleiro-cerâmica, geradora de empregos em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reuniu-se com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, em busca de solução para o impacto social, econômico e ambiental que a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, no rio Paraná, provocará principalmente nas famílias de Três Lagoas (MS) envolvidas com a atividade industrial oleiro-cerâmica. Ramez Tebet fez ao ministro um relato da situação e pediu providências.

Para participar do encontro, o senador chamou a Brasília Daniel Sallati, diretor de Meio Ambiente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), que prestou esclarecimentos sobre as ações que a empresa – responsável pelo empreendimento – vem realizando a fim de sanar os problemas originados da formação do reservatório da usina.

Apesar de a Cesp estar empenhada em permitir o prosseguimento da atividade após a formação do reservatório, a indústria oleiro-cerâmica acabará fechando quando os estoques de matéria-prima forem consumidos na fabricação de tijolos e telhas, advertiu Ramez Tebet. Ele lembrou que as jazidas de argila de Três Lagoas são as únicas utilizadas no estado de Mato Grosso do Sul para fabricação de telhas, “e essa atividade tem grande importância local e regional, quer pela ótica econômica, quer pela ótica social, geradora de empregos”, esclareceu.



Ramez Tebet convidou o ministro José Sarney Filho para visitar Três Lagoas e verificar pessoalmente a situação

Turismo pode valorizar margens do reservatório

O senador pediu também ao ministro Sarney Filho que o Ibama autorize a implantação, nas margens do reservatório, de empreendimentos voltados à recreação e ao lazer, de modo a propiciar a exploração racional do turismo e o fomento do comércio, com a consequente geração de empregos. Tebet esclareceu que as áreas limítrofes ao reservatório, que anteriormente tinham uso agropecuário, passaram a ser consideradas como de preservação permanente, o que restringiu sua utilização.

Outra questão tratada na reunião se refere à proliferação de plantas aquáticas no reservatório, prejudicando a geração de energia elétrica, as atividades hidroviárias e de recreação e lazer. O representante da Cesp informou que a companhia desenvolveu estudos sobre o problema e agora depende de autorização dos órgãos governamentais para realização de testes com os produtos estudados visando ao controle das plantas. A ideia é que a Cesp, em conjunto com as universidades, coordene um centro de pesquisas, de forma a promover o controle das plantas aquáticas, sem prejuízo ao meio ambiente e permitindo que as demais atividades propiciadas pelo reservatório possam ser viabilizadas, com incremento à economia regional.

O diretor de Meio Ambiente da Cesp informou ao ministro, durante a reunião, que, para “amenizar a situação,

a companhia desenvolveu estudos que identificaram áreas com ocorrência de argila, as quais estarão sujeitas a inundação periódica após a formação do reservatório, em função das enchentes ocasionais do rio Paraná”. Ele disse que tais áreas estão próximas do atual curso do rio, dentro do polígono de desapropriação do reservatório da Cesp, em área de preservação permanente, cuja exploração depende de autorização do Ibama, da mesma forma que para as atuais áreas em exploração.

– Solicitei ao ministro que autorize a exploração de argila para fins econômicos, de modo racional e ambientalmente adequado, a fim de permitir a continuidade desse importante segmento industrial, gerador de empregos na região – disse Ramez Tebet. O ministro informou ao senador que determinará ao Ibama a realização de um estudo do caso, verificando se a legislação existente permite a autorização para exploração da argila na área. O ministro aceitou o convite do senador Ramez Tebet para visitar Três Lagoas em breve e conhecer pessoalmente a situação dos ceramistas.

Machado homenageia os 90 anos de Patativa do Assaré

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) homenageou o poeta popular Patativa do Assaré, que, no último dia 5, completou 90 anos de idade. Ele registrou que o aniversário do poeta cearense foi comemorado em sua cidade natal, Assaré.

– É este ano com mais festa ainda: a inauguração do seu memorial, a entrega do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Ceará e, sobretudo, muita música, repente e cantoria para exaltar o menestrel dos sertões, que chega com plena lucidez aos 90 anos de idade – descreveu Sérgio Machado.

O senador lembrou a importância da obra de Patativa, um “precioso

acervo no campo da poesia e da música”, ressaltando seu valor universal. Comparou a obra de Patativa a uma lavoura, um “semear de poesia”, mas fez uma ressalva.

– É que essa lavoura, à diferença das que o sertanejo teima em cultivar, não conhece a seca, o solo é sempre dádivo, e, quando a semente é boa e se sabe adubar bem o terreno (e aqui Patativa é sem igual), aí então a fartura é de perder de vista – frisou.

Depois de citar versos de Patativa, o senador afirmou:

– É a cultura popular com toda a sua força que, de forma magistral, “mote vai e mote vem”, sedimenta as relações entre as pessoas; é o que fica e que vai con-



Para Machado, a obra do poeta é como uma lavoura em solo sempre fértil

tinuar na memória coletiva através dos tempos, de geração em geração; é, em suma, a própria alma de um povo, que jamais morrerá.

Mulheres em Destaque entrevista empresária

A entrevistada de hoje do programa *Mulheres em Destaque* da TV Senado é a empresária Moema Leão, atual diretora da Fundação Moema, em funcionamento há três anos. Ela fala sobre o projeto *Sonho Meu*, um centro profissionalizante para adolescentes de baixa renda que queiram aprender um ofício, ajudar financeiramente nas despesas de casa e se preparar para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, globalizante e exigente.

O objetivo do programa é treinar 20 adolescentes por ano, encaminhando-os ao mercado de trabalho de acordo com o número de vagas oferecidas à escola. O projeto conta com a parceria do Sebrae. A entrevista da empresária

vai ao ar à 1h, 5h, 13h30 e 21h15.

Moema Leão, uma das promotoras de eventos mais conhecidas da capital, discorre também sobre as grandes festas que ofereceu. Com o dinheiro arrecadado, construiu uma creche em Ceilândia e um abrigo para excepcionais.

A empresária também falou sobre sua candidatura a deputada distrital pelo Partido Verde. Apesar de não ter sido eleita, considerou a experiência válida. Em sua opinião, as mulheres são minoria na política porque as próprias eleitoras não confiam no trabalho feminino e não votam em mulheres. “É uma questão cultural, mas elas devem continuar lutando para conquistar seu espaço”, afirma.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
7h30 – Especial Unip – Crenças populares – 2ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Biodança
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Amazonas
9h30 – Entrevista – O senador Eduardo Suplicy fala sobre o desemprego no Brasil
9h55 – Senado em Pauta
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo) – Em destaque: discussão de três operações de créditos externos para a União
12h30 – Entrevista – Senador Eduardo Suplicy
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Ceará
13h30 – Mulheres em Destaque – Entrevista com a empresária Moema Leão
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo) – Em destaque: discussão em 2º turno da proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais na Justiça Federal
18h30 – Entrevista – Senador Eduardo Suplicy
19h – Mulheres em Destaque – Entrevista com a empresária Moema Leão

20h – Cores do Brasil – Bahia

20h30 – Entrevista – Senador Eduardo Suplicy

21h – Jornal do Senado

21h15 – Mulheres em Destaque – Entrevista com a empresária Moema Leão

21h55 – Senado em Pauta

22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Emília defende serviço para denúncia de violência

Por meio de projeto de lei, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) propõe que o Poder Executivo disponibilize, em nível nacional, um número telefônico para o recebimento de denúncias de violência contra a mulher. A idéia da senadora é inspirada em experiências já em curso no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

– Procuramos tornar o processo de denúncia o mais célere e simples possível – justificou a senadora, que apresentou o projeto “diante da crescente violência contra a mulher no Brasil”.

ACESSO

Em sua proposta, despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo, Emília optou pelo sistema desenvolvido no Distrito Federal, onde é utilizado um número de três dígitos, de fácil memorização e acesso gratuito. De acordo com o projeto, que é autorizativo, as ligações devem ser atendidas pela Delegacia de Atendimento à Mulher e, alternativamente, por outras delegaci-

as da Polícia Civil, com a recomendação de que policiais do sexo feminino sejam escaladas para a função.

– Parece-nos imprescindível que o atendimento seja feito pelas delegacias da Mulher, já em número de 200 em todo o país, as quais, por sua própria especialização, estão em condições de melhor avaliar os aspectos sociais e emocionais envolvidos em casos de violência contra a mulher – afirmou Emília.

Segundo a senadora, que deseja chamar o serviço proposto de “Mulher Urgente”, o projeto atende a uma recomendação da Declaração Sobre a Violência Contra a Mulher, resultante da Conferência Mundial de Direitos Humanos promovida pela Organização das Nações Unidas em 1993. A recomendação, esclareceu Emília, foi ratificada pelo Brasil na IV Conferência Mundial dos Direitos da Mulher, que aconteceu em 1995 na China.



Emília pretende tornar o processo de denúncia o mais simples possível

Marluce propõe seguro de crédito para microempresa

Mecanismo, semelhante ao existente nas áreas de habitação e exportação, permitirá acesso facilitado das firmas ao sistema financeiro

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou projeto de lei criando o seguro de crédito para os empréstimos feitos às microempresas e às empresas de pequeno porte. O objetivo é permitir um maior acesso desses agentes econômicos ao sistema de crédito, “dentro do espírito constitucional que prevê o tratamento diferenciado e simplificado das suas obrigações creditícias”, destacou.

Marluce informou que sua proposta visa, ainda, complementar os benefícios estipulados na Lei 8.864, de março de 1994, que, para facilitar empréstimos às micro e pequenas empresas, criou garantias às operações de crédito na forma de fianças ou avais.

– Dessa forma, nada mais justo do que instituir o seguro de crédito a essas operações creditícias, nos moldes dos seguros já existentes, como o se-

guro à exportação e o habitacional – frisou a senadora por Roraima.

TRATAMENTO

O pagamento do prêmio de seguro para as micro e pequenas empresas também ganha um tratamento diferenciado. A fim de não sobrecarregá-las com maiores encargos financeiros, o projeto estabelece que as microempresas pagariam apenas 30% do custo do prêmio de seguro. Os 70% restantes seriam cobertos por um fundo criado especialmente para esse fim, dentro da Lei 8.864, que fixa o tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Já as empresas de pequeno porte arcariam com 50% desse custo.

O projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos



Projeto de Marluce foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para apreciação em caráter terminativo

(CAE) para apreciação em caráter terminativo. Se for aprovada pela comissão e não houver recurso para que haja manifestação do plenário, a proposta seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Arruda sugere que aeroporto de Brasília receba o nome de JK

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto de lei para dar o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek ao Aeroporto Internacional de Brasília. A iniciativa será votada pela Comissão de Educação em caráter terminativo.

Na justificativa do projeto, Arruda destacou que são poucos os prédios públicos em Brasília que levam o nome de JK, fun-



Arruda: homenagem ao “maior homem público brasileiro do século”

dador também, na sua avaliação, do “Brasil moderno”.

– É mais que justo que a cidade, que deve sua existência a JK, tenha seu aeroporto internacional com o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Trata-se de homenagem devida ao maior homem público brasileiro deste século – afirmou Arruda.

Segundo o senador pelo Distrito Federal, a homenagem é

semelhante àquelas que fizeram França e Estados Unidos, ao batizarem os aeroportos de Paris e Nova York com os nomes de seus ex-presidentes Charles De Gaulle e John Fitzgerald Kennedy, respectivamente.

As dificuldades já registradas na apreciação de outras iniciativas visando mudar os nomes de aeroportos, devido à necessidade de alteração de todas as cartas aéreas do mundo e de suas referências, fizeram com que Arruda optasse pela manutenção do nome Aeroporto Internacional de Brasília, com o acréscimo “Presidente Juscelino Kubitschek”.

Remanescentes de quilombo podem ter propriedade da terra

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou proposta de emenda constitucional reconhecendo aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade definitiva sobre as terras por eles ocupadas e atribuindo ao Estado a proteção desse direito.

A emenda visa, segundo Lúcio Alcântara, garantir a preservação física e cultural dos remanescentes “da resistência heróica dos quilombos”.

– De fato, uma das principais conquistas deste país continental tem sido sua capacidade de combinar diferentes tradições culturais para a formação de identidade nacional única, mas complexa e rica.

TRADIÇÕES

Para o senador, as povoações descendentes dos quilombos são a expressão dessa realidade, “ao mostram plasticidade capaz de combinar tradições africanas, européias e indígenas, além das especificidades próprias das regiões do país em que se inserem”.

O senador preocupa-se principalmente com o fato de os conflitos fundiários terem chegado aos territórios ocupados pelos remanescentes dos quilombos, resultado da expansão da fronteira agrícola, com estra-



Conflitos nas áreas ocupadas pelos remanescentes dos quilombos preocupam Alcântara

das e projetos agropecuários.

– Os frequentes choques entre tais descendentes e fazendeiros, grileiros, madeireiros e mineradores revelam os riscos a que estão expostos os primeiros.

Lúcio Alcântara apresentou dados da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que catalogou, inicialmente, 511 comunidades remanescentes dos quilombos em 22 estados brasileiros.

– Acredita-se que se aproxime de mil o número dessas comunidades espalhadas pelo território nacional – completou o senador.

A emenda de Alcântara decorreu de substitutivo a uma proposta de emenda à Constituição apresentada em 1997 pelo então senador Abdias Nascimento.

Quintanilha quer proibir a criação de pit bull

O aumento de acidentes e mortes envolvendo cães *pit bull* exige intervenção do poder público, no entendimento do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que apresentou projeto de lei proibindo, em todo o território nacional, a criação, reprodução, importação e comércio daqueles cães, sejam eles puros ou mestiços.

O projeto estabelece que, transformada a proposta em lei, os *pit bull* existentes no país sejam castrados num prazo de 90 dias e, nesse mesmo período, sejam registrados por seus donos nas prefeituras mu-

nicipais ou nos órgãos por elas autorizados.

O registro dos cães resultará na emissão de certificados em que deverão constar, obrigatoriamente, informações sobre os donos (nome, qualificação e endereço), os cães (nome, data de nascimento, nome dos pais, origem, qualificação do vendedor), o certificado de vacinação e laudo de castração assinado por médico veterinário.

A proposta de Quintanilha ainda proíbe que cães *pit bull* circulem em vias e logradouros públicos sem o uso de guia e focinheira. A reali-



Quintanilha pretende transformar a criação de *pit bull* em contravenção

zação de brigas de rinha também seria proibida.

A violação dos dispositivos contidos no projeto implicará contravenção penal punível com três meses a um ano de prisão simples ou multa de três a dez salários mínimos. Quanto aos cães, estes poderão, caso a lei seja aprovada, ser apreendidos e sacrificados pela autoridade competente.